

DETERMINISMO E RELATIVISMO NAS OBRAS DE EUCLIDES DA CUNHA E GILBERTO FREYRE: DUAS CONCEPÇÕES, DUAS REALIDADES INTERPRETATIVAS ACERCA DA TEMÁTICA RACIAL DO BRASIL

DETERMINISM AND RELATIVISM IN EUCLIDES DA CUNHA AND GILBERTO FREYRE: TWO CONCEPTIONS, TWO INTERPRETATIVE REALITIES ON THE RACIAL THEME OF BRAZIL

*Gustavo Martins do Carmo Miranda**

*Victor Augusto Araújo Silva***

Cite este artigo: MIRANDA, Gustavo Martins do Carmo, SILVA, Victor Augusto Araújo. Determinismo e relativismo nas obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre: duas concepções, duas realidades interpretativas acerca da temática racial do Brasil. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 35-49, 31 de dezembro. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 31 de dezembro.

Resumo: O presente trabalho analisa a temática das relações raciais no Brasil a partir das obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Partimos do pressuposto que a obra dos dois autores refletem períodos distintos do cenário sociopolítico brasileiro. Sendo assim, para analisar as implicações teóricas de ambos os trabalhos, é de suma importância entender a conjuntura do pensamento social brasileiro e suas influências perpassadas durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Podemos afirmar que, comparativamente, em relação à temática das relações raciais, os autores se distanciam em pontos importantes presentes em suas obras. O determinismo biológico e geográfico de Euclides da Cunha é contraposto ao relativismo presente em Freyre.

Palavras-chave: Relações Raciais, Determinismo, Relativismo, Pensamento Social Brasileiro.

Abstract: The present study examines the issue of race relations in Brazil in Euclides da Cunha and Gilberto Freyre. We assume that the work of the two authors reflect different periods of the Brazilian social-political scenario. Therefore, to analyze the theoretical implications of both works, it is of paramount importance to understand the situation of Brazilian social thought and its influence pervaded during the second half of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century. We can say that, comparatively, in relation to the issue of race relations, the authors distance themselves in important points present in their works. The biological and geographical determinism in Euclides da Cunha is contrasted with the relativism present in Freyre.

Keywords: Relations Racial, Determinism, Relativism, Brazilian Social Thought.

Voluntária ou involuntariamente, todo o homem que estuda segue um método, ditado pela sua formação intelectual e pelo seu gênero de preocupações. E não apenas o homem que estuda, mas também aquele que, com qualquer fim, observa e descreve uma realidade.

Almir de Andrade. 1942.

Introdução

Compreender e relacionar os pensamentos de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre a respeito da formação da sociedade brasileira, bem como da temática racial, requer um esforço em extrair de ambos os autores um conjunto de elementos que possam se inter-relacionar. Interpretar Euclides e Freyre através de aspectos antropológicos e sociológicos, por exemplo, passa pela necessidade de situar em qual contexto esses autores viveram, percebendo as suas influências intelectuais e sociais. Parafraseando Antônio Cândido (2000), em sua obra *Literatura e Sociedade*, é preciso verificar em que medida a arte é expressão da sociedade, ou seja, é imprescindível ao analisar uma determinada obra, diagnosticar as influências exercidas pelos fatores socioculturais para o desenvolvimento da mesma. No caso de Euclides e Freyre, seria de suma importância entender a conjuntura do pensamento social brasileiro e suas influências perpassadas durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, para analisar os seus trabalhos.

No decorrer do século XIX, o Brasil vivenciou uma série de acontecimentos determinantes para a alteração de sua conjuntura social e política. A concretização da independência do país, a abolição da escravatura e a proclamação do regime republicano, foram alguns dos fatores decisivos para a mudança do perfil da nossa sociedade nesta época. Saíamos de um período monárquico, para entrar em um sistema republicano de governo, isto é, o nosso país estava mudando institucionalmente. Tal mudança refletiria como afirmou Guerreiro Ramos (1995), em uma própria necessidade de se reinterpretar os pensamentos reinantes na época. Dessa maneira, se o pensamento em voga no período colonial, era preponderantemente dominado pelo clero (FERNANDES, 1958), com o fim do regime monárquico e a ascensão da república, o incentivo para a implementação de carreiras a níveis administrativos e políticos aumentaram. No século XIX, foram criadas as primeiras escolas superiores, direcionadas principalmente às áreas de direito, medicina e engenharia. Estavam constituídos os primeiros centros urbanos de atividade intelectual no Brasil, ligados na maioria das vezes às influências vindas dos pensamentos desenvolvidos na Europa.

Em meio à incorporação das primeiras escolas superiores e a própria influência do pensamento europeu, o Brasil ao longo do século XIX em termos intelectuais, vivenciou uma transformação considerável. As ideias positivistas, por exemplo, começaram a ganhar força no país, justamente pelo diálogo das primeiras escolas superiores brasileiras com as escolas

européias. “Positivismo, evolucionismo e materialismo – temas absorventes da época – eram estudados intensivamente. Lia-se, com ardor intelectual, Comte, Darwin, Haeckel e também Taine e Renan” (SKIDMORE, 1976, p. 26). Em 1876, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a primeira Associação Positivista em nosso país. Figuras como Benjamin Constant, ajudaram a consolidar as ideias positivistas no Brasil. Diversos foram os adeptos brasileiros de Comte, que procuram formular uma concepção unitária do país (RAMOS, 1995).

Além da influência do positivismo no país, concepções deterministas e evolucionistas vigoradas em grande parte na Europa ao longo do século XIX também foram incorporadas pelos intelectuais brasileiros. Entre alguns pressupostos salientados pela vertente determinista neste período, estava a de explicar a superioridade dos europeus através da hereditariedade e do meio físico. Os escritos do historiador inglês Thomas Bucke acerca das análises climáticas do nosso país, contribuíram para a influência da corrente determinista no nosso território. A estadia do diplomata francês Arthur de Gobineau [1] no Brasil exercendo o cargo de ministro, foi de suma relevância para se pensar na ligação entre o progresso de nossa sociedade e o processo de misturas das raças. Thomas Skidmore (1976) salientou três vertentes chaves ligadas ao determinismo e evolucionismo que se desenvolveram ao longo do século XIX. A primeira seria a chamada escola histórica, desenvolvida nos EUA e na Europa, caracterizada principalmente pela crença na superioridade da raça branca. A segunda denominada escola etnológica e biológica, enfatizava a criação de raças humanas através das mutações de diferentes espécies, e por último, tivemos o darwinismo social, que salientava o processo evolutivo através de uma única espécie. Como se pode notar, os elementos ligados ao meio físico e biológico eram utilizados para compreender o meio social.

Diante das influências das ideias positivistas, evolucionistas e deterministas, as primeiras elaborações de cunho sociológico e antropológico, começaram a se desenvolver no Brasil. Enno Dagoberto Liedke Filho (2005) destaca que entre os anos de 1888 e 1889, as ideias sociológicas no país foram marcadas pelas influências de autores, como Lombroso, Spencer e Comte. Ainda segundo o autor, neste período, os temas referentes à identidade nacional e a visão negativa do processo de miscigenação eram frequentes. Os escritos de Augusto Comte, por exemplo, ganharam notoriedade entre os pensadores brasileiros. De acordo com Guerreiro Ramos:

Foram [...] os positivistas que pela primeira vez, entre nós, colocaram com toda a clareza o problema da formulação de uma teoria da sociedade brasileira como fundamento da ação política e social. O primeiro estudo positivista que aparece aqui já manifesta o interesse dos adeptos de Comte pelos problemas nacionais. (RAMOS, 1995, p. 83).

Como as escolas superiores naquela época em nosso país eram poucas e destinadas basicamente a formar engenheiros, médicos e advogados, a elaboração de uma concepção sociológica no Brasil, se formou em torno das misturas de elementos do direito, das ciências naturais e das ciências exatas. O positivismo de Comte foi divulgado no país, principalmente, através da Escola Militar, localizada no Rio de Janeiro. Com o advento do regime republicano no

país, as ideias do positivismo foram usadas para se pensar em uma busca de unidade e progresso para a nossa sociedade.

O evolucionismo segundo as palavras de Antônio Candido (2006) foi incorporado ao pensamento sociológico brasileiro principalmente através dos intelectuais ligados ao direito. Tobias Barreto foi um dos expoentes dessa concepção. “Procurando aplicar ao direito às teorias dele, foi sem dúvida um dos primeiros sistematizadores da sociologia biológica no Brasil [...]” (Op. cit., p.274). As concepções evolucionistas incorporadas para a análise sociológica de nossa sociedade foram marcadas pelo interesse em relacionar os fatores de caráter biológicos, à conjuntura social do país. A chamada Escola de Recife foi um importante centro de estudos para as análises desses pensadores no Brasil.

As discussões em torno da relação entre o processo de misturas de raças e o próprio desenvolvimento do nosso país, eram temas recorrentes ao longo desse período no Brasil. A mestiçagem era na maioria das vezes, um sinal de retrocesso para o progresso da nação brasileira. Os estudos sobre as raças ao longo do século XIX no Brasil eram em grande parte voltados para explicar as diferenças entre os negros, os índios e os brancos, bem como o grau de superioridade e inferioridade de cada um. Nas palavras de Lília Schwarcz:

Tendo por base uma ciência positiva e determinista, pretendia-se explicar com objetividade – a partir da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas – uma suposta diferença entre os grupos. A ‘raça’ era introduzida assim, a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos a partir de seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e, no limite, no próprio exercício da cidadania. (SCHWARCZ, 2010, p. 02).

Seguindo esta lógica de explicar a partir das características físicas as diferenças entre os distintos grupos que habitavam o nosso território, alguns estudos de cunho antropológico começaram a se desenvolver no Brasil, sobretudo através das pesquisas dos museus diante da relação entre o tamanho do crânio e o nível intelectual das diferentes raças. De acordo com Thomas Skidmore (1976), a chamada antropologia física, foi uma das primeiras correntes desenvolvidas no território brasileiro, incentivada, sobretudo, pelas expedições feitas por pesquisadores estrangeiros. No ano de 1876, foi fundado o Museu Nacional no Rio de Janeiro. Alguns anos seguintes foram inaugurados o Museu Paulista e o Paraense respectivamente. Nesses museus, eram realizados, por exemplo, análises fisiológicas dos índios, utilizando principalmente as técnicas europeias de medição do crânio. Estas análises na maioria das vezes refletiam o próprio pensamento dito antropológico reinante na Europa. Segundo Clóvis Moura (1964), na Europa, a Antropologia parecia surgir com o racismo pintado em torno das bases científicas. Procurava-se justificar o domínio que os chamados povos superiores, exerciam sobre os inferiores.

Se as concepções em torno da compreensão de nossa sociedade ao longo do século XIX estavam alicerçadas mediante principalmente as influências das ideias positivistas, deterministas e evolucionistas, com o advento do século XX, parecia que estas ideias começaram

a ser reavaliadas. Diante das inúmeras complicações decorrentes do precoce regime republicano no Brasil, novas correntes interpretativas foram se desenvolvendo. Era preciso analisar internamente a nossa sociedade, valorizar o próprio país. “Começavam, também, e pela primeira vez em larga escala, a sentir que podiam mudar o papel que o darwinismo social e a herdada cultura europeia tentavam atribuir ao Brasil” (SKIDMORE, 1976, p. 164). A relação entre o dilema das misturas das raças e o progresso da nação, já não expressavam uma opinião convergente entre os intelectuais brasileiros. No ano de 1916, o escritor carioca Gilberto Amado em um discurso político, fez menção aos exageros presentes nas análises de Arthur de Gobineau. Em 1919 o também escritor Álvaro Bomilcar da Cunha, juntamente com a colaboração de outros intelectuais, fundou a chamada Propaganda Nacionalista, uma espécie de revista que tinha como propósito justamente difundir os elementos presentes na nossa cultura. Alguns escritores passaram a tratar com entusiasmo a importância das heranças africanas e indígenas para o processo de desenvolvimento e da própria miscigenação do Brasil. Para Edgar Roquete Pinto, por exemplo, o problema nacional não se resolveria transformando os mestiços em gente branca (SKIDMORE, 1976). Os modernistas, através da Semana da Arte Moderna realizada no ano de 1922, incorporaram alguns aspectos regionalistas da nossa sociedade em seus trabalhos, procurando em certa medida valorizar a nossa gente. Na década de 30, o médico baiano Artur Ramos, fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, com o objetivo de divulgar a cultura afro-brasileira.

Florestan Fernandes (1958) considerou que o pensamento sociológico brasileiro estabelecido nos primeiros meados do século XX, foi caracterizado pela busca de se pensar a existência da sociedade brasileira de uma forma histórica e social. Ou seja, através dessa nova maneira de se pretender interpretar o processo de desenvolvimento da nossa sociedade, os argumentos em torno da temática racial, vigorados no século XIX, foram gradativamente perdendo espaço entre os intelectuais brasileiros ligados à Sociologia. A partir de 1930, a Sociologia brasileira passa a olhar com visões otimistas a miscigenação racial (LIEDKE FILHO, 2005). A cultura dita mestiça começava a despontar como representação da própria nação. “[...] no Brasil dos anos trinta dois grandes núcleos, aglutinavam conteúdos particulares de nacionalidade: o nacional-popular e, sobretudo, a mestiçagem, não tanto biológica como cada vez mais cultural.” (SCHWARCZ, 2010, p. 11). A valorização da nossa sociedade foi acompanhada pela necessidade de enxergar as virtudes propiciadas pelo processo de miscigenação acumulado em nosso território. O índio e o negro passaram a ser vistos como contribuintes para a formação do Brasil. Deixaram de serem figuras degenerativas. O mesmo valia para o mestiço.

Como se pode notar, muitos acontecimentos foram decisivos para o desenvolvimento das ideias dos dois autores aqui tratados. Há na construção de *Os Sertões* e *Casa Grande & Senzala*, um contexto sociocultural que é preciso enfatizar e resgatar. Enquanto as diversas clivagens teóricas e sociais observadas ao longo do século XIX foram decisivas para os escritos de Euclides da Cunha, a transformação dessa mesma conjuntura na virada para o século XX, foi significativa para a realização dos trabalhos de Gilberto Freyre. Não desprezamos o fato de que

diversos autores, nas distintas épocas analisadas, foram importantes na constituição do tema das relações raciais no Brasil. Intelectuais como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, também assumiram uma importância considerável na discussão em torno das análises raciais em nosso país. No entanto, partimos do pressuposto de que os dois autores selecionados, no que diz respeito à constituição de suas respectivas obras, refletem de forma satisfatória a constituição dessa temática no universo teórico brasileiro. Acreditamos que ambos os autores expressam através de suas obras de maior repercussão, um marco considerável no desenvolvimento do pensamento social brasileiro.

No caso de Euclides da Cunha, destacamos neste trabalho como o autor desenvolveu em *Os Sertões*, a sua análise referente ao desenvolvimento e a formação da sociedade brasileira, tendo como base o seu diálogo com as correntes intelectuais do século XIX referentes aos dilemas raciais. Mostraremos como o escritor carioca incorpora e dialoga em sua obra, as concepções deterministas e evolucionistas para compreender o Brasil. No caso de Gilberto Freyre, os escritos desse autor retratam uma produção sociológica permeada por diversas influências antagônicas às correntes dominantes durante o século XIX. Argumentamos que Freyre personifica, ainda que com algumas ressalvas, uma concepção menos negativa da miscigenação existente em solo brasileiro. Ademais, o tratamento dos dois autores em perspectiva comparada possibilita contrastar duas correntes distintas de análises sociais. Uma primeira representada por Euclides da Cunha, realizada por analistas dos mais diversos campos da ciência (Engenheiros, Advogados, Biólogos e Jornalistas), e por diferentes centros de estudos, como os Museus Etnográficos Brasileiros, os Institutos Históricos e Geográficos e as Faculdades de Direito e Medicina. E uma segunda, representada por Gilberto Freyre, empreendida por autores com uma formação mais especializada nas áreas das humanidades (Sociólogos, Antropólogos, e Historiadores), onde as análises em torno dos negros e dos índios passaram a ter um caráter descritivo, com o intuito de destacar os elementos culturais desses grupos.

1. Euclides da Cunha e o dilema das raças em Os Sertões

Podemos dizer que o pensamento de Euclides da Cunha sobre a sociedade brasileira, engloba o período em que diversos grupos de intelectuais brasileiros, passaram a se interessar pelas relações entre o direito, às ciências físicas, biológicas e a literatura, com o meio social. Ou seja, eram intelectuais de diversas áreas distintas, interessados em compreender e interpretar a nossa sociedade.

Natural do Rio de Janeiro e órfão de mãe desde os três anos de idade, Euclides aos dezenove anos ingressou na Escola Politécnica, estudando durante um ano o curso de Engenharia Civil. Posteriormente, ingressa na Escola Militar da Praia Vermelha. Após um desacato interno, (decorrente de críticas ao regime Monárquico), foi expulso da Escola Militar, e ingressou (já estando na cidade de São Paulo), no jornal *A Província*. Com o advento da proclamação da República, o autor retorna à carreira militar e no ano de 1897 foi convidado para (como correspondente) relatar os acontecimentos em Canudos. O escritor carioca obteve

da Escola Militar - e conseqüentemente da influência do positivismo -, as bases na crença da ciência e do progresso, para o desenvolvimento da república brasileira. Além do positivismo, as concepções deterministas e evolucionistas marcaram o pensamento do escritor. Clovis Moura (1964) destacou em linhas cronológicas quatro momentos chaves do pensamento de Euclides. O primeiro momento seria marcado pela sua formação na Escola Militar à ida para Canudos. Nesta fase, predominaram a influência do positivismo de Comte e do evolucionismo de Spencer. A segunda refletiria em sua ida a Salvador para assistir como correspondente de guerra até a sua chegada ao Arraial, caracterizada pela crítica à ortodoxia republicana. O terceiro momento refletiria desde o seu regresso de Canudos à elaboração de *Os Sertões*, marcada, sobretudo pela preponderância das ideias ditas racistas. E por fim, teríamos um Euclides à procura de revisar as suas posições teóricas, em busca de reinterpretar a sociedade brasileira. Como podemos notar nas descrições propostas por Clovis Moura, Euclides acumulou em diferentes tempos, alterações em suas bases intelectuais. No entanto, as correntes, incorporadas ao longo do século XIX no Brasil, para compreender a conjuntura social desse país, foram mantidas em grande parte da vida intelectual de Euclides da Cunha. “Euclides da Cunha elaborou os seus estudos sobre os problemas étnicos no Brasil em época em que os conceitos de cultura e raça não estavam perfeitamente desembaraçados um do outro” (RAMOS, 1995, p. 192).

É na sua obra *Os Sertões*, que Euclides da Cunha concentra o que há de mais complexo em seu pensamento acerca da sociedade brasileira. Neste trabalho, temos ao mesmo tempo a figura de um engenheiro, de um correspondente da Guerra de Canudos, e de um escritor interessado em interpretar a nossa sociedade. O objetivo audacioso do livro é brevemente relatado nas notas preliminares. O planejamento inicial do autor era o de descrever a Campanha de Canudos, entretanto, parecia que sobre os próprios impactos de estar frente a frente diante de um episódio marcante, Euclides resolve investigar os traços das chamadas “sub-raças” [2] sertanejas do nosso país. Passando desde as influências que o meio físico e climático do Brasil refletiria na formação de sua população, bem como investigando os impactos da mistura das raças para o progresso do Brasil, Euclides incorporou em *Os Sertões*, grande parte daquilo que estava sendo discutido entre os interessados em procurar construir um pensamento social no Brasil.

A relação entre o meio e o homem brasileiro é representada por Euclides da Cunha logo na primeira parte do livro. Parecia que o entendimento do autor acerca das chamadas “sub-raças” desenvolvidas aqui, partiria da necessidade de compreender a estrutura física brasileira. Influenciado, por exemplo, pelos trabalhos etnográficos e geográficos do alemão Friedrich Ratzel, Euclides procurou identificar nos elementos físicos e climáticos do nosso território, as bases da formação da sociedade brasileira. “[...] Ratzel foi um dos precursores do conceito antropológico de área cultural, e em seu sistema, atribuía ao meio um papel de condicionador das manifestações culturais” (RAMOS, 1995, p. 179). O sertão, por exemplo, era para Euclides um ambiente complexo. Reunia tanto elementos favoráveis como adversos, para a adaptação. Entre as secas e o período das chuvas, se misturavam uma sociedade ao mesmo tempo sofrida e lutadora. Ao buscar em Hegel a influência dos elementos geográficos sobre o homem, o escritor

carioca, alertou para o fato do pensador alemão não haver citado os sertões como uma das categorias geográficas fundamentais dessa ligação. “Aos sertões do Norte, porém, que a primeira vista se lhes equiparam, falta um lugar no quadro do pensador germânico” (CUNHA, 2009, p. 45).

Em relação ao clima, este foi salientado por Euclides da Cunha como fator de extrema relevância para a formação do nosso habitat. O Norte (em contraposição ao Sul e a região Central), era visto como uma região em que:

A seleção natural, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem, como consequências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima energia moral (Op. cit., p. 69).

No capítulo denominado O homem, Euclides da Cunha abre caminho para a sua análise propriamente dita sobre a formação da nossa sociedade, e conseqüentemente a sua compreensão perante o dilema racial em nosso país. Para o autor, seríamos fruto das misturas entre os índios, os negros e os portugueses. Esses três elementos seriam carregados de traços peculiares. Euclides procurou designar aos índios a figura de uma raça autóctone das Américas, longe de qualquer influência externa. Já o negro, carregaria para o Brasil os “[...] atributos preponderantes do homo afr, filho das paisagens adustas e bárbaras, onde a seleção natural [...] se fez pelo exercício intensivo da ferocidade e da força” (Op. cit., p. 60). Enquanto aos portugueses, estes representariam o fator aristocrático da nossa formação, o elemento intelectual.

A mistura entre os índios, os negros e os portugueses resultariam na complexidade de se entender o problema etnológico brasileiro. Os elementos étnicos iniciais, se misturariam, gerando uma mestiçagem embaralhada (CUNHA, 2009). Dessa mistura, nasceria o mulato (junção do negro com o branco), o mameluco (junção do branco com o índio) e o cafuz (junção do índio e o negro). Euclides alertava para o fato de que ainda não havíamos atingindo a unidade de raça. Para o autor, o desenvolvimento de uma raça isenta de tantas misturas, levaria o nosso país à evolução. “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social” (Op. cit., p. 62). Evoluir biologicamente estava intimamente atrelado ao progresso da nação. A mistura das raças era na maioria das vezes um sinal de retrocesso para Euclides da Cunha. “[...] mestiço - traço de união entre as raças, breve existência individual, em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado” (Op. cit., p. 69). O mameluco, o cafuz, e o mulato, seriam para o autor, desprovidos da energia física dos índios e da capacidade intelectual dos portugueses. Euclides da Cunha parecia valorizar os traços originais de cada raça. Faltaria aos mestiços uma espécie de traço original. O país estaria na perspectiva do autor, despreparado para o processo de adaptação, justamente pela ausência de uma raça capaz de levar o Brasil ao processo civilizatório. Além desses atributos, o escritor carioca designa outro elemento ausente entre os mestiços:

[...] nessa concorrência admirável dos povos, envolvendo todos em lutas sem tréguas, na qual a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva, o mestiço é um intruso. Não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos apostos de legados dispaes. (Op. cit., p. 90).

Nesta passagem, Euclides se apoia nos pensamentos do polonês Ludwig Gumplowicz. Segundo Ricardo Luiz de Souza (2009), Gumplowicz acreditava no desenvolvimento da humanidade através do processo de homogeneidade dos grupos étnicos. Esse desenvolvimento seria realizado através do processo de luta entre esses grupos. A relação étnica para o polonês seria uma espécie de relação de força. Na visão de Euclides, os mestiços em nosso território, eram desprovidos desse processo de luta. Nasceriam sem uma identidade.

Ao longo do restante do capítulo denominado O homem, Euclides procurou desenvolver uma densa interpretação das diferentes “sub-raças” formadas em nosso território. Desde o norte, ao sul do território brasileiro, os impactos da mestiçagem foram descritos pelo escritor carioca. Alternando entre a presença da força e da fraqueza de cada “sub-raça”, Euclides parecia procurar em cada um desses elementos os fatores que pudessem favorecer a construção de uma raça futura, contribuindo dessa maneira para o progresso da nação.

A ausência de uma linha argumentativa sequencial em Euclides da Cunha, nos leva muitas vezes a perder o sentido atribuído pelo autor a respeito do dilema das raças e o problema da mestiçagem no país. Muitas vezes, parece que estamos diante de um autor que reflete exatamente o pensamento desenvolvido no século XIX acerca desses temas, outras vezes nos deparamos com um escritor interessado em reinterpretar a história do país, diante de uma ótica propriamente nacional, valorizando certos atributos do nosso povo. Não podemos esquecer a complexidade da obra *Os Sertões*. Há nestes escritos logicamente um intenso diálogo de Euclides com as ideias deterministas e evolucionistas vigoras na época, como também há um autor desencantado com a República, em virtude da Guerra em Canudos. O que se procurou focar até aqui em relação ao trabalho do autor, foi a sua análise teórica referente à compreensão da formação da sociedade brasileira através dos aspectos envolvendo as raças, a formação dos mestiços e a influência do meio físico.

2. Gilberto Freyre: Relativismo nos Trópicos

O discurso acerca das relações raciais no Brasil, ensinado por Gilberto Freyre, marca um novo contexto do pensamento social brasileiro. Sua visão ideologizada do convívio entre as diferentes raças no Brasil vai muito além de uma visão particularmente positiva da miscigenação, reflete o período de revalorização da cultura local, um processo de redefinição da identidade nacional (COSTA, 2002). Seus principais livros, *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Nordeste* (1937) e *Ordem e Progresso* (1959) são de notória relevância para a compreensão de diversas questões relacionadas a realidade social brasileira.

Na presente seção, daremos especial enfoque a primeira fase da obra do autor - mais especificamente o livro *Casa Grande & Senzala* -, uma época certamente menos amadurecida de suas teses, mas que, no entanto, concentra os pilares da construção de sua teoria que iria desenvolver até a ocasião de sua morte nos anos de 1980. Tais teses enfrentam o tema das relações raciais no Brasil sob uma perspectiva culturalista, afastando-se das teses deterministas, dominantes no tema das relações raciais no século XIX. Faz-se necessário expor a diversidade e complexidade da obra de Freyre, o próprio autor caracterizou sua produção como complexa e necessariamente contraditória (VELHO, 2008). Apesar dessas dificuldades, temos convicção de que a interpretação de seus escritos é de fundamental importância para a compreensão de um novo modelo analítico acerca da cultura brasileira que se instaurou, sobretudo, a partir do século XX.

Gilberto Freyre nasceu em um lar já infectado pelo "vírus do saber". Filho de pai erudito, professor universitário na área de humanidades, recebeu incentivo à leitura desde a infância. A combinação entre as influências teóricas recebidas pelo pai e os ensinamentos do colégio protestante - local onde realizou seus primeiros estudos em Recife - possibilitaram ao então menino Gilberto, imergir em leituras diversas como a Bíblia, Shakespeare, Montaigne, Dostoiévski, Balzac, Goethe, Tolstói, Thomas Mann, Eça de Queiroz, Machado de Assis, Chesterton, e Eugene O'Neill. Findados seus estudos médios, Freyre transfere-se para os EUA, local onde realiza sua graduação na Universidade de Baylor (Texas) e posteriormente seu mestrado na Universidade de Colúmbia (New York). Neste contexto, entra em contato com diferentes correntes intelectuais de diversas áreas, o que demonstra sua concepção universalista do saber científico. Transitou entre a Ciência Social Norte Americana, História e Antropologia Britânicas, Escola de Sociologia Francesa e Pensamento Social e Filosófico Alemão. No entanto, o eixo de sua obra concentra-se entre cultura e relações com a personalidade individual, influência direta das concepções relativistas de Franz Boas e muitos de seus discípulos como Margareth Mead, Ruth Benedict, e Edward Sapir (integrantes da Escola de Personalidade e Cultura de Colúmbia), como os quais teve contato direto (Op. cit., 2008).

A interpretação freyriana sobre raça e cultura no Brasil, se afasta drasticamente do tratamento concedido anteriormente por autores das vertentes arianistas e deterministas (NOGUEIRA, 2006). O autor - influenciado pelas ideias culturalistas de Franz Boas - não trata a miscigenação do povo brasileiro de forma negativa. De forma contrária, via nas condições de tolerância e vivência entre as diferentes raças aqui existentes, razão para o desenvolvimento da nação.

O autor pernambucano aponta para uma particularidade da realidade social brasileira relacionada à raça. Segundo Freyre, o povo brasileiro carrega junto de sua miscigenação, uma alta capacidade de conviver pacificamente, ainda que, a heterogeneidade de cores e traços seja evidente. Em comparação com outros povos ocidentais (estadunidenses, e europeus) - onde a cor é motivo de variados conflitos e dissensões, chegando a provocar guerras civis e étnicas - o Brasil seria uma espécie de exemplo a ser seguido neste aspecto. Contrariando o que

acreditavam alguns teóricos do século XIX, que viam na terra (Brasil) – um pedaço perdido de Portugal e da Europa – um conjunto doentio e condenado de raças que, misturando-se ao sabor de uma natureza exuberante e de um clima tropical, estariam fadadas à degeneração e à morte biológica, psicológica e social (DA MATTA, 1989). Estaríamos diante de uma verdadeira "democracia racial" onde todos se misturam, convivem e se toleram independente de sua cor. Segundo Freyre, desde o processo de colonização, os portugueses, nunca viram muitos obstáculos em se relacionar deliberadamente com negras e índias. Sendo assim, como resultado desse processo de miscigenação, teria surgido o autêntico homem brasileiro: o mulato.

A elaboração do polêmico termo "democracia racial" guarda relação direta com suas concepções relativistas. Freyre nunca negou a existência do racismo no Brasil, apenas procurou salientar as peculiaridades da nossa convivência enquanto sociedade multirracial, comparativamente ao racismo praticado nos EUA. "O Brasil seria um caso único, exemplo de originalidade como uma civilização nos trópicos"(SCHWARCZ, 2010, p. 13). É bem verdade, que a visão romantizada da escravidão praticada no Brasil é anterior aos escritos de Freyre. Joaquim Nabuco (1900), em seu livro *Minha Formação*, retrata características "menos perversas" da escravidão no Brasil. "Divulga-se a imagem de uma escravidão dócil, contrastada com o modelo norte-americano da reprodução humana" (Op. cit., p. 5).

Freyre rompe com duas concepções amplamente difundidas no Séc. XIX: a ideia de colonização maldita portuguesa e o determinismo geográfico. Uma das causas para a convivência pacífica entre as diferentes raças no Brasil seria o modelo colonizador português. Dessa forma, Freyre substitui a demonização dos colonizadores portugueses pela exposição das características positivas do modelo implantado por estes. O modelo de colonização português, na medida em que promoveu o relacionamento entre as diferentes raças, dinamizou um relacionamento harmonioso entre os diferentes povos presentes nos trópicos. Além disso, não haveria entre os portugueses o sentimento de "orgulho de raça". Cabe ressaltar, que este posicionamento lhe rendeu a alcunha de defensor do colonialismo europeu. Em contraposição ao determinismo geográfico de Euclides da Cunha, o autor defendeu a valorização do território nacional em toda sua totalidade, diversidade, e efemeridade. "Valorizou as especificidades regionais, mas criticou os exageros do determinismo geográfico, de possíveis implicações racistas" (VELHO, 2008, p.16).

Podemos afirmar que a obra de Gilberto Freyre fortalece a corrente histórico-sociológica de investigação da temática racial no Brasil. A miscigenação deixa de ser um problema patológico e moral. Nas palavras de Ronaldo Vainfas:

O autor ultrapassou o conceito de "raça" até então em voga, ainda que não o tenha negado de todo, e adotou o de cultura (fruto de sua formação na antropologia culturalista de Franz Boas, nos Estados Unidos), o que lhe permitiu entrelaçar o fenômeno da miscigenação étnica e da mescla cultural (VAINFAS, 2009, p. 05).

É inegável que a teorização freyriana acerca da temática racial possui seus limites, equívocos e contradições. O romantismo com que Freyre trata a relação entre senhores e escravos em algumas ocasiões de sua obra não se sustentam quando analisamos o contexto escravagista brasileiro. No entanto, o fato de comparar duas realidades como EUA e Brasil, fez com que o contexto racial brasileiro fosse visto pelo autor como verdadeiramente harmônico. Além disso, esse ideal de igualdade entre os povos foi por vezes, apropriado pelo Estado como justificativa para a não implantação de políticas contra o racismo ou desigualdade entre raças (COSTA, 2002).

O posterior desenvolvimento da vertente sociológica de análise das relações raciais no Brasil possibilitou o avanço de muitas questões tratadas de forma insipiente na obra de Freyre. Autores como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Roger Bastide, Cláudia Castelo, Édson Néri da Fonseca, Elide Rugai Bastos, Enrique Larreta, Guillermo Gucci, Hermano Vianna, Omar Ribeiro Thomaz, Peter Burke, Ricardo Benzaquen de Araújo, Roberto DaMatta, Sebastião Vila Nova, Valéria Torres da Costa e Silva, Vamireh Chacon, para ficar apenas nestes, são bons exemplos desse esforço para analisar a temática no Brasil. Ainda que muitos desses autores tenham algumas de suas hipóteses assentadas em críticas às concepções de Freyre, existe consenso sobre a importância desse autor no que diz respeito à análise da sociedade brasileira e sua relação com a diversidade dos povos aqui existentes. Ademais, a obra de Gilberto Freyre rompe de forma indelével com as concepções racistas e deterministas até então predominantes no pensamento social brasileiro, abrindo espaço para um debate teórico distante das ideias reducionistas, discriminantes e deterministas.

3. Considerações Finais

Como revelou a presente análise, os conceitos trabalhados por cada autor acerca da temática racial no Brasil, revelam mais do que posicionamentos particulares, dizem respeito à conjuntura político-social vigente. Dito de outra forma, as ideias elaboradas por Euclides da Cunha e Gilberto Freyre são resultantes de fatores socioculturais, não sendo fruto da pura intelectualidade dos autores. Isso não significa que desconsideremos outros eixos analíticos basilares no processo de construção dos dois teóricos, mas que assumimos está variável como relevante no processo de constituição da temática das relações raciais no Brasil. Da mesma forma, não queremos com esta análise indicar que o tratamento da temática racial no Brasil se deu num processo de evolução lógica, do determinismo de Euclides da Cunha ao esquema culturalista interpretativo freyriano. Tão pouco se trata de aventar uma possível superação do primeiro pelo segundo. Acreditamos que “[...] ambos caracterizaram formas distintas de compreensão e história nacional, do processo de formação da nação e da nacionalidade brasileira” (NICOLAZZI, 2010, p.269).

Comparativamente, os autores se distanciam em pontos importantes presentes em suas obras. O determinismo biológico e geográfico de Euclides da Cunha é contraposto com o relativismo presente em Freyre. Enquanto no primeiro podemos notar claramente um sentimento "racista", onde negros e alguns mestiços contribuiriam para a degeneração do povo

brasileiro, no segundo há claramente, uma conotação positiva da mestiçagem. A presença de diferentes povos, que conviveriam pacificamente, é interpretada como aspecto positivo da sociedade brasileira.

As duas obras podem ser analisadas num contínuo em relação ao período sociopolítico brasileiro. Euclides cumpre o papel de analisar a sociedade brasileira à luz das teorias vigentes em sua época (Séc.XIX). Neste caso, não poderíamos esperar deste autor uma concepção menos determinista, próxima de teorias racistas e discriminatórias. Por outro lado, a concepção relativista de Freyre, também é fruto de uma nova sociedade que se formatava (Séc.XX), voltada para a revalorização do seu produto nacional. Assim, a ideia do "mulato" enquanto símbolo do povo brasileiro representa a tentativa de inverter um quadro de desvalorização presente durante todo o século anterior.

A despeito das concepções - hoje já superadas- presentes na teorização de Euclides da Cunha, essa corrente interpretativa cumpriu um importante papel de servir como ponto de partida para teóricos que se dedicaram a reinterpretar a realidade social brasileira. A incursão de Euclides aos “sertões brasileiros” representa uma densa interpretação da nossa história. Apesar de incorporar em *Os Sertões* tudo que estava em voga a respeito da relação entre raça e mestiçagem com o progresso da nação, a descrição feita pelo autor diante dos costumes e vivências dos sertanejos, não pode ser desprezada. “A obra que marcou época e adquiriu uma significação típica foi, porém a de Euclides da Cunha (...) que se situa como o primeiro ensaio de descrição sociográfica de interpretação histórico geográfica (...) no Brasil (FERNANDES, 1958, p.196). Da mesma forma, a obra de Gilberto Freyre foi inspiradora de uma nova geração de teóricos que viriam, posteriormente, problematizar as questões levantadas pelo autor, possibilitando a formação da atual vertente sociológica que investiga a questão racial. Freyre trouxe em *Casa Grande & Senzala*, um esforço em trazer (principalmente do ponto de vista histórico e cultural), o processo de formação da nossa sociedade. “Freyre reconstrói o processo de constituição do Brasil desde o período colonial e mostra que a nação brasileira, a despeito da escravidão e da dizimação de povos indígenas, representa o encontro de três grupos humanos” (COSTA, 2001,p.146). 

NOTAS

*Aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. Quando submeteu o artigo cursava o 8º período. Bolsista de iniciação científica FAPEMIG. Agradece ao Prof. Jerônimo Oliveira Muniz (DSO/UFMG), que o orientou nesse trabalho.

** Aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. Quando submeteu o artigo cursava o 8º período. Bolsista de iniciação científica FAPEMIG. Agradece ao Prof. Jerônimo Oliveira Muniz (DSO/UFMG), que o orientou nesse trabalho.

[1] De acordo com Georges Raeders (1987), durante o período que estive no Brasil, Gobineau ao observar o perfil da população brasileira, dizia que esta era composta completamente por mulatos e com sangue viciado. Segundo ele, nenhum brasileiro era de sangue puro, a mistura

entre as raças constituiria para o ministro francês em uma triste degenerescência para o nosso país.

[2] Euclides da Cunha na obra *Os Sertões* (2009), utilizou o termo “sub-raça”, para expressar o resultado das misturas entre os indígenas, os portugueses e os negros ao longo da formação da nossa sociedade. Para o autor, nenhum estudo até aquele momento conseguiu compreender de forma significativa os resultados dos cruzamentos entre as diferentes raças. Diante disso, o escritor carioca procurou compreender a mestiçagem desenvolvida em nosso país, principalmente a observada entre os sertanejos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Almir de. **Os primeiros estudos sociais no Brasil: séculos XVI XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941. 318p.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Publifolha, 2000. 182p.

COSTA, Sergio. **A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo**. Tempo Social, vol.13 n°.1, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000100010> Acesso em: 23 de setembro de 2013.

_____. **A Construção Sociológica da Raça no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n° 1, pp. 35-61, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 13 de junho de 2013

CUNHA, Euclides da; PEREIRA, Paulo Roberto. **Obra completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira**. São Paulo: 1958. 327p.

FREYRE, Gilberto (1933), **“Casa Grande & Senzala”**: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal, José Olímpio. Rio de Janeiro: 1933

_____. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano**. José Olímpio. Rio de Janeiro: 1936

_____. **Nordeste: A Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste no Brasil**, José Olímpio. Rio de Janeiro: 1937

_____. **Ordem e Progresso**. José Olímpio, Rio de Janeiro: 1959.

MOURA, Clovis. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: 1964. 166p.

NICOLAZZI, Fernando. À sombra de um mestre: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. **História [online]**. 2010, vol.29, n.1, pp. 254-277. 2010.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem**. Tempo Social revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. 2006

RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 87p

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica a sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 290p.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, ser Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

SCWARCZ, Lilia Moritz. **Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. Mal-Estar Na Cultura**. Porto Alegre. Abril/Novembro de 2010. Disponível em <<http://www.difusaocultural.ufrgs.br>>. Acesso em: 27 de fev. 2013

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328 p.

SOUZA, Ricardo Luiz de CENTRO UNIVERSITARIO DE SETE LAGOAS. **Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, Sete Lagoas, MG: UNIFEMM, 2007. 231p.

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira**. 8 Tempo, AGO–1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141996000100024&script=sciarttext>>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

VELHO, Gilberto. **Gilberto Freyre: Trajetória e Singularidade**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087365292008000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 de outubro de 2013

Recebido em 9 de setembro de 2013

Aprovado em 08 de novembro de 2013